

# INTERDISCIPLINARIDADE COMO ELEMENTO NORTEADOR NA PRÁTICA E NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA ESCOLA INDÍGENA

Marcia do Nascimento Silva Correia<sup>1</sup>

Domingos Savio do Nascimento<sup>2</sup>

Ieda Nunes de Carvalho<sup>3</sup>

## RESUMO

Sabe-se que são grandes os danos perpetuados ao longo da história e que apesar de todo amparo (recente), legal para a preservação e valorização da história indígena por normas e diretrizes, ainda há muito por fazer, tanto no cumprimento efetivo das leis, quanto na elaboração e execução de políticas públicas que visem a qualidade de ensino. Nessa perspectiva, o presente texto pressupõe uma discussão sobre cultura escolar a partir de contribuições das práticas interdisciplinares de modo significativo ao currículo escolar e à cultura. Buscamos conhecer através do uso da antropologia como base científica para fundamentar a prática da escuta, observação, pesquisa e análise que são fundamentais para o estudo qualitativo a respeito da formação e autoformação dos professores que atuam na escola Indígena. Nesse contexto, consideramos teóricos como: Morin que traz reflexões acerca do formular e reformular o pensamento (2014), contribuições de Luck; sobre a interdisciplinaridade da pedagogia e os fundamentos metodológicos (2013), Setúbal que trata da importância da relação da cultura e da educação escolar (2011). Compreendendo assim, que a escola é um espaço para promover situações interdisciplinares que garantam aprendizado eficiente e significativo dos seus alunos compreendendo que suas experiências cul-

1 Mestrando do Curso de ciências da Educação na Universidade Veni creator, [marciamarrualife@gmail.com](mailto:marciamarrualife@gmail.com)

2 Mestrando do Curso de ciências da Educação na Universidade Veni creator, [savioberminni@gmail.com](mailto:savioberminni@gmail.com)

3 Mestrando do Curso de ciências da Educação na Universidade Veni creator, [iedaeducacao@gmail.com](mailto:iedaeducacao@gmail.com)

turais, possibilitem uma visão crítica que fomente a capacidade autorreflexiva para construção novos saberes. Podemos observar, que a educação escolar indígena deve considerar as situações de aprendizagem, o apoio às escolas, e a formação de professores indígenas e não indígenas. A interdisciplinaridade é essencial, para uma educação integral que abrange aspectos cognitivos, afetivos e motores, proporcionando uma educação a indivíduos protagonistas para preservação da cultura indígena, valorizando seu conhecimento como um acervo vivo e significativo no espaço escolar.

**Palavras-chave:** Interdisciplinaridade, Educação indígena, Sustentabilidade, Currículo, Preservação cultural.

## INTRODUÇÃO

Sabe-se que são grandes os danos perpetuados ao longo da história e que apesar de todo amparo legal, para a preservação e valorização da história indígena por normas e diretrizes, ainda há muito por fazer, tanto no cumprimento efetivo das leis, quanto na elaboração e execução de políticas públicas que visem a qualidade de ensino desses povos. Isto porque as leis por si só não se efetivam, mas conseguem grande êxito quando implementadas mesmo que seja por um processo de “desescolarização” sem ferir de fato as determinações descritas na lei.

O autor Ivan illich (1976, p 114.) descreve desescolarização da seguinte maneira:

“Um bom sistema educacional deve ter três propósitos: dar a todos que queiram aprender acesso aos recursos disponíveis, em qualquer época de sua vida; capacitar todos os que queiram partilhar o que sabem a encontrar os que queiram aprender algo deles e, finalmente, dar oportunidade a todos os que queiram tornar público um assunto a que tenham possibilidade de que seu desafio seja conhecido(...) é preciso usar a tecnologia moderna para tornar a liberdade de expressão, de reunião e imprensa verdadeiramente universal e, portanto, plenamente educativa.

A desescolarização e descolonização toma corpo e pode ser descrita na prática escolar indígena, e é compreendida e tomada como sendo algo vivo e que dá significado às práticas escolares, sendo a ponte entre o processo cultural e escolarização institucional, que traz grandes benefícios ao mesmo tempo que exige daqueles que a defendem a educação escolar indígena um grande esforço para torná-la real.

Mesmo definido nas Diretrizes curriculares para educação indígena como sendo algo legal, os sistemas educacionais pressionam a atuação das escolas para seguir um parâmetro unificado por vezes descontextualizados as premissas da educação escolar indígena.

Como podemos observar na Constituição Federal de 1988, artigo 210, que garante às comunidades indígenas o uso das próprias línguas e a utilização de seus processos próprios de aprendizagem também na LDB no seu artigo 79 delibera sobre o desenvolvimento dos currículos e programas específicos, pelo Sistema de Ensino, incluindo-se processos pedagógicos, línguas, conteúdos culturais correspondentes às diversas sociedades indígena. Infelizmente, ainda

há grande distância entre o que na lei e aquilo que a escola pode efetuar na sua prática. Como dito antes, os sistemas educacionais não conseguem agregar as chamadas diferenças ou particularidades e especificidades dos territórios indígenas.

Então, aqui surge o papel da interdisciplinaridade nesse processo sendo muito desafiador a elaboração de um currículo que promova a construção de um ambiente motivador ao mesmo tempo seja um ambiente que desenvolva as competências críticas dos sujeitos ali inseridos, mas ao contextualizarmos com os aspectos sociais, políticos e culturais isso fomenta significativamente as ações da escola no espaço onde está implementada.

## 1.1 A FORMAÇÃO CONTINUADA E AUTOFORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Cabe aqui também uma discussão sobre cultura escolar, a partir de contribuições das bases fenomenológicas e hermenêutica a fim de pesquisar e analisar, a formação docente dos profissionais que atuam nesse contexto, conhecendo e analisando de que forma, as propostas abordadas na escola indígena estão em consonância com a cultura indígena já que estas premissas já estão predefinidas.

O que propomos aqui é uma reflexão acerca da prática pedagógica dos professores que considera a interdisciplinaridade como elemento norteador nas situações pedagógicas implementadas no cotidiano e quais os desafios e possibilidades que a mesma proporciona.

Podemos observar que é vital essa interação entre os espaços culturais e os passos institucionais nas escolas indígenas, nessa perspectiva a interdisciplinaridade é crucial na implementação de práticas pedagógicas fundamentadas nas vivências do aluno.

Cabe nos aqui algumas definições sobre interdisciplinaridade,

“cada vez mais se admite que para estudar uma determinada questão do cotidiano, é preciso uma multiplicidade, e mais: ao mesclar de maneira sempre particular diferentes disciplinas, obtém um enfoque original de certos problemas da vida cotidiana. Todavia, semelhante abordagem interdisciplinar não se cria uma espécie de “superciência”, mas adjetiva do que as outras; ela produz apenas um novo enfoque, uma nova disciplina; em suma um novo paradigma. Assim, ao tentarmos criar uma super abordagem, consegue -se somente criar um enfoque particular. Foi desse modo,

aliás que se criaram muitas disciplinas particulares ou especializadas” ( Fourez, apud Maria p.84)

O autor define com clareza que a interdisciplinaridade sobrepõe se a visão minimalista da disciplina tornando como corpo a visão de uma nova disciplina. Contudo, não é o caminho pelo qual a mesma se faz. O que prima nesse contexto é a interligação do conhecimento pelas diferentes vertentes.

É necessário deixar claro também que, ao tomar a interdisciplinaridade como elemento norteador não se desfazer se das características da sua disciplina, mas agregar valoração de um olhar plural na observação das situações de aprendizagem apreendidas.

A BNCC com implementação do novo médio evidencia as demandas de uma sociedade contemporânea e que explicitamente põe em pauta a interdisciplinaridade como engrenagem possibilitando aos alunos uma visão crítica do mundo apoiando se nas diferentes divisões de mundo considerando seus interesses rompendo com a centralidade das disciplinas. “romper com a centralidade das disciplinas nos currículos e substituí-las por aspectos mais globalizados e que abranjam a complexidade das relações existentes entre os ramos da ciência no mundo real” (Parecer CNE/CEB nº 5/2011)

Baseando no que foi descrito fazemos reflexão frente às práticas implementadas na escola indígena como objetivo expor experiências exitosas de práticas pedagógicas e na formação de professores com uso das interdisciplinaridade de forma efetiva desde os anos iniciais até o ensino médio que vêm sendo vivenciadas e contribuindo para que a efetivação por uma proposta interdisciplinar que tentar atender as situações que convergem com iniciativas das diferentes modalidades de ensino na escola Estadual indígena José Carapina em Pariconha Pariconha – Alagoas.

As práticas pedagógicas sobre cultura tradicional na escola a partir de contribuições das bases fenomenológicas e hermenêutica na formação docente que atuam nesse contexto, nos faz perceber e analisar de que forma, as propostas abordadas nas escolas indígenas estão em consonância com a cultura indígena quando se entrelaçam de forma interdisciplinar.

As abordagens teóricas e observações de campo foram importantes para clarificar pontos as percepções e práticas pedagógicas e que de fato tendo formação continuada adequada e se esta fomentar a construção de possibilidades de forma contextualizada e complementada ao currículo. Podemos observar os

saberes adquiridos nessas formações são refletidos na práxis pedagógica, e suscitam questionamentos de qual o lugar da escola na cultura indígena? Uma vez que as instituições escolares integram o contexto social dos saberes e cultura indígena na se implementam.

Diante dos desafios em educar na contemporaneidade, as demandas que envolvem o contexto escolar e de sala de aula, é possível pensar que uma educação diferenciada parte a princípio do envolvimento e do percurso de cada sujeito com o histórico social e individual de cada sujeito que pode somar-se, transformando o modo de ver, reagir, refletir e transformar ou ressignificar o processo de ensino aprendizagem. Se cada “cultura vê o mundo, através dos pressupostos que lhe são próprios”, a educação deve estar envolta desta cultura, como elemento agregador ao espaço de transformação e emancipação de cada sujeito”. No entanto, será possível pensar essa transformação sem mencionar o educador enquanto “elo” provocador dessa mudança?

Nesse sentido, o papel do educador é fundamental para a proposta de mudanças no cenário educacional, a formação e a formação do educador serão imprescindíveis para alavancar o processo de ensino aprendizagem.

Segundo Rubem Alves (2013, documentário. Câmara) “o professor precisa provocar curiosidade, espanto, a alegria de pensar, pois para ele o objetivo do professor não é ensinar coisas, pois elas já estão lá, já estão por toda parte. Acreditamos nisso, já que o conhecimento existe em abundância, porém a socialização deste é um caminho que ainda deve percorrer uma extensa caminhada.

Rios (2011. p, 140) afirma que na prática docente, a construção de saberes encontra-se, em vários sentidos, paralisada. A ação pedagógica, muitas vezes, não consegue ouvir as vozes do conhecimento, não consegue perceber a voz do silêncio como construtor ou reproduzidor de saber. A educação proposta pela autora, parece instigar-nos ampliar o nosso olhar acerca da pesquisa, tendo a observação, a escuta, o diálogo e o silêncio como construtos de análise, reflexão e implementação permanente da práxis pedagógica.

Bakhtin (1990) diz que o conhecimento é uma questão de voz e de silêncio. Voz silenciada ou ausência de voz, a alteridade marcará muitas vezes desse modo. Nesse caso, as escutas dos educadores, sobre seus desafios e suas percepções, avanços, retrocessos e recomeços, irão dimensionar qualitativamente o espaço de autorreflexão autocrítica para a reelaboração e ressignificação de suas práticas considerando a interdisciplinaridade como eixo norteador.

Segundo Saviani (2004, p.47) O Professor lida com o indivíduo concreto, que é síntese de inúmeras relações sociais. É nessa perspectiva que devemos observar na diversidade e histórico- social, a possibilidade de ampliar as trocas e interação, além de promover educação significativa proporcionando a valorização da cultura e da identidade dos educandos.

É nessa perspectiva que devemos observar na heterogeneidade, a possibilidade das trocas e interações atrativas que além de produtivas proporcionam a pluralidade de habilidades e competências surgidas na sala de aula.

As contribuições da fenomenologia e da hermenêutica poderão subsidiar a discussão permeada acerca da formação, a autoformação para atuação em contexto indígena além de pensarmos no papel da escola no contexto indígena na contemporaneidade.

No século XXI, as discussões sobre o cenário educacional, em especial a formação do educador, vista sobre o prisma fenomenológico parece convidarmos a alargar nossa compreensão sobre o homem, pois à medida que interage, modifica/cria e recria cultura. Desse modo, a escola, bem como os educadores, serão um “elo” impulsionador no fortalecimento das identidades de cada sujeito.

Discussões trazidas pela fenomenologia tem buscado compreender os sujeitos em sua infinitude. Se a formação e autoformação docente pode ser capaz de ressignificar as aprendizagens, logo a mesma será de fundamental importância para a inclusão, ressignificação para uma educação emancipadora.

Sobre os desafios de se propor uma educação emancipadora, podemos citar não apenas a formação e autoformação docente, como também pensar a educação partindo de aspectos que envolvem a própria cultura. Nesse caso, acreditamos que seja evidente, pensar a Educação indígena, tendo a cultura como pano de fundo para as discussões e a socialização de saberes. Segundo Husserl, por cultura não entendemos outra coisa que o conjunto das ações e operações postas em atos por homens unidos nas suas contínuas atividades.

Tais operações existem e perduram espiritualmente na unidade da consciência da comunidade e da sua tradição mantida sempre viva.

O autor traz no seu discurso o sujeito visto a partir de sua singularidade e das ações por ele cultivadas no seio comunitário ou na coletividade. Assim a Cultura tece o entendimento das relações a que o homem está imbricado em sua KULTUR. Segundo FABRI (2007, p 38), o termo Kultur escolhido por Husserl pode ser traduzido por cultivo de uma determinada faculdade ou disposição [...] capaz de dar início a um processo. Assim a cultura concebida por Husserl, não é

algo estático, eis a multiplicidade dos valores e ação do homem no seu processo de interação social e dos entendimentos / significantes para si.

Por que então falaremos de Cultura, quando citamos, formação, autoformação e propomos pensar o lugar da escola situado no espaço indígena, amplia a possibilidade para o leque de desafios e reflexões a cerca de uma cultura, pois, cremos que não seja possível dissociar tais elementos, uma vez que educar no escuro (sem contextualizar) seria afastar-se da proposta de uma educação significativa. Sabemos que a cultura trazida para sala de aula são formas de “representações” que devem ser levadas em conta pelo professor e pela comunidade escolar e também, não podemos perder de vista que a cultura incide sobre o sujeito e mesmo atua sobre ela, e a compreensão disso; leva-nos a caminhos assertivos nas observações e no tratamento singular proporcionado a cada sujeito.

Como então pensar a formação e autoformação de educadores não indígenas, atuando nesse contexto? Como devem acontecer essas formações e em que medida as normas estabelecidas pelo MEC são atendidas nas escolas, quanto a atenção e as abordagens acerca da cultura. Responder tais questões é algo muito mais amplo, que com certeza irá resvalar nas próprias políticas públicas, porém é preciso saber, como é o que fazer diante daquilo que é possível, e que pode fazer a diferença, para não assumirmos o conformismo e muito menos o faz de conta das ações que estão definidas em políticas que não se efetivam já que a modalidade escolar indígena necessita das ações específicas no seu currículo escola.

## METODOLOGIA

A constituição da pesquisa deu-se no âmbito escolar, através da observação qualitativa, das ações implementadas pelos sujeitos ali inseridos. Segundo Sant Ana e Lemos Apud Ludke e André (2018 ).

“No campo educacional, a pesquisa científica, numa abordagem qualitativa, tem encontrado no materialismo histórico-dialético o método mais apropriado para a difusão do conhecimento social em educação, pois busca através da análise qualitativa encontrar soluções para a transformação da realidade vivenciada, tanto no plano do conhecimento como no histórico-social.”

O estudo buscou investigar e análise das práticas pedagógicas na escola indígena a partir das pautas formativas percebendo qual a influência da formação e autoformação nesse contexto, identificando as contribuições avanços, os desafios e entraves entre as garantias de direitos na educação do indígena e se há uma consonância entre direito dito pelas políticas públicas e na assistência a formação desses educadores.

No segundo momento houve acompanhamento dos educadores para confirmar as implementações entre aquilo que definido em planejamento “teoria” em consonância com a prática.

Podemos observar que professores envolvidos buscaram envolver se dividindo tarefas com responsabilidades distintas, mas com objetivo comum que era direcionar a aprendizagem, tendo foco principal o uso do território para engajar os alunos a realizar propostas percebendo as interações entre os objetos estudados e as disciplinas dispostas no espaço escolar.

As questões tratadas relacionadas ao território aparecem com maior evidência na sociedade geralmente são aquelas que mais precisamos praticá-las como sujeitos. Não há quem não tenha se deparado com os conceitos de valorização dos povos indígenas, e ainda mais sobre os conceitos de sustentabilidade, cultura, identidade, preservação, meio ambiente, território. Sendo estas e outras citadas comumente, e vistas em artigos e falas referentes à educação escolar indígena. Não que as mesmas não sejam responsabilidade desta categoria, muito menos de outros ambientes e outros grupos sociais, contudo ficam em maior ênfase nas escolas indígenas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Diretrizes Curriculares da Educação trazem nas suas orientações as diretrizes para implementação escolar indígena, conferindo às mesmas a tutela pelo direito a uma educação escolar que evidencie e implemente seus desejos e anseios dos momentos de luta, traz também o reconhecimento da diversidade cultural dos povos indígenas que há no país, assegurando através da Constituição Federal que os faça, em consonância com sua organização, costumes, crenças e tradições.

Nesse sentido, é importante ressaltar que ao tratarmos de povos indígenas, costumes, crenças e tradições, também consideramos a sustentabilidade no

processo educativo, pois essa temática trata da preservação de território e de povos indígenas. Segundo conceito Wikipédia livre (2024),

“à sustentabilidade é complexa, pois atende a um conjunto de variáveis interdependentes, mas podemos dizer que deve ter a capacidade de integrar as questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais”.

Nunca tiveram tanto em evidência como agora e como podemos observar há uma urgência para efetivar ações que minimizem as desigualdades sociais e ampliam os direitos e o acesso da cidadania dos sujeitos de comunidades tradicionais ou que estejam em territórios de vulnerabilidade. E isso, só é possível através de processos educativos e ações que necessitam ser orientadas, com momentos de reflexões e discussões assegurados por políticas públicas que apesar de citadas em diversos espaços de educação pouco resvalam nos ambientes onde se efetiva as práticas escolares. Então, assegurar práticas educativas que possibilitam a sensibilização dos jovens, a mobilização e o orgulho pelas práticas interdisciplinares contextualizando as com o território e a cultural, é essencial para que estes não se sintam arredios, acanhados ou menos importantes diante de outras culturas quando confrontadas.

Nesse sentido, o processo de formação é de suma importância para que os professores possam promover situações interdisciplinares que garantam aprendizado eficiente e significativo dos seus alunos compreendendo que suas experiências culturais, possibilitando uma sua visão crítica e fomenta a capacidade auto reflexiva construindo novos saberes. Sabemos que a cultura trazida para sala de aula são formas de “representações” que devem ser levadas em conta pelo professor e pela comunidade escolar também e a compreensão disso leva-nos a caminhos assertivos nas observações e no tratamento singular proporcionado a cada sujeito.

Setúbal (2013), em diálogos em cultura e educação escolar retrata a questão que:

“Se a Escola com a cultura do lugar onde ela está situada. Se partirmos do princípio de que o lugar é um espaço vivo, carregado de memórias e significações, a abertura à comunidade é fundamental e permite que alunos e suas famílias se enxerguem em seu território, nutram o sentimento de pertencimento, de enraizamento e se sintam reconhecidos no conhecimento que a escola produz e transmite a seus estudantes. Isso independe de datas comemo-

rativas. Consiste sim em uma ampliação do sentido cultural, sem reduzi-lo a “folclorização” de manifestações presentes no dia-dia das comunidades”.

É preciso compreender que não se concebe a escola como espaço fechado que ignora as ações dos sujeitos, é necessária significação deste conhecimento, é necessário a construção do diálogo entre conhecimento empírico e científico de modo que estes se entrelaçam ganhando consistência para aqueles que aprendem. “A educação serve não só para reproduzir realidades, mas para reconstruir a tradição que compõe a cultura, e alcançar um ideal de vida, que é o desafio do futuro,” (GIMENO SACRISTÁN, 1999, p.169).

Nas práticas pedagógicas é relevante evidenciar as relações cotidianas dos alunos para proporcionar momentos de reflexões para o campo da criticidade na busca de resolução de problemas reais vivenciados pelos próprios alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em educação escolar indígena é pensar de fato nas situações de aprendizagens e organizações de apoio a estas escolas, é pensar na formação destes professores indígenas que atuam nas escolas, e ainda sobre formação de educadores não indígenas atuando nesse contexto, é pensar também como deve acontecer essas formações e em que medida as normas estabelecidas pelo MEC em consonância com a Constituição Federal; com Lei de Diretrizes e Bases; e estabelecido na Lei 11645/96 estão sendo implementadas nas escolas, e ainda, a atenção as abordagens acerca da cultura como objeto modulador da prática educativa que fortalece a preservação cultural e identitária do sujeito. É sobretudo pensar que a educação escolar indígena é um processo que está ambientada na prática da sustentabilidade, no processo de preservação cultural de sujeitos ativos e ricos de saberes. Portanto, a interdisciplinaridade é o elemento fundamental nos processos de formação e de práxis do educador tornando se base no ensino aprendizagem, implementar efetivamente e ampliar as relações que transcendem a disciplinaridade não é processo fácil, muito menos cômodo. Contudo, como escola devemos direcionar e fazer aquilo que é possível para a diferença. Desse modo, não assumir o papel do conformismo e muito menos o faz de conta, mas oportunizando os alunos de fato tornarem-se protagonistas das ações no ensino aprendizagem, contemplando na formação do sujeito como um todo, considerando os aspectos cognitivos, afetivos e motores,

ou seja, de forma integral. Colocando a prática da interdisciplinaridade nesse contexto não apenas no sentido restrito, mas, como algo que ferramenta e instrumentaliza o real de forma significativa na preservação e fortalecimento da cultura dos povos indígenas como acervo vivo da cultura material e imaterial no passado e no presente tão requerido de histórias para se contar ao mundo.

## REFERÊNCIAS

ALAGOAS. (PEE) Plano Estadual de Educação 2015 .Disponível em: Secretaria de Estado da Educação - Plano Estadual de Educação - PPE ([educacao.al.gov.br](http://educacao.al.gov.br)) acesso em 21 de maio de 2022.

BAKHTIN, M. M. Estética da criação verbal. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRASIL. [Constituição (1988) ]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 22 de maio. 2022.

BRASÍLIA: MEC, 2001. BRASIL. Parecer CNE/CP9/2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL - Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 de janeiro de 2003. Disponível em: Acesso em abril de 2022

COSTA, E.N.Currículo : **A interdisciplinaridade no contexto escolar Ensino fundamental II**.Revista Multidisciplinar núcleo de conhecimento Ano 6,ED 02 ,vol 12,pp 131-139.fevereiro 2021.

**Declaração Universal dos Direitos Humanos** - Nações Unidas - ONU Portugal ([unric.org](http://unric.org)) acesso em 21 de maio de 2022.Brasil -.Lei nº 9694, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: . Acesso em 22 de maio de 2022.

DEMO, P. Desafios Modernos para a educação. Brasília: IPEA,1999.

FERREIRA, G. G.. A educação dos Jiripancós: Uma reflexão sobre a escola diferenciada dos povos indígenas de Alagoas. Dissertação de Mestrado (UFAL/Alagoas), 2009.168 f : IL.

FABRI, M.Fenomenologia e Cultura: Husserl, Levinas e a motivação ética do pensar. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. GRUPIONI, L. D. B. (org), índios no Brasil, Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, São Paulo.1992.

ILLICH, I. Sociedade sem escolas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.p,114.

PERRENOUD, P. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: Perspectivas sociológicas. Lisboa. Ed.Dom Quixote, 1993. RIOS, J.A.V. , P. Ser e não ser, eis a questão! Identidade e discursos na escola. Salvador: EDUFBA,2011.

SANT ANA .W.P.:LEMO .G.C. Metodologia científica: a pesquisa qualitativa nas visões de Ludke e André. Revista eletrônica científica ensino interdisciplinar Mossoró 4. N° 12 .Novembro de 2018

SETUBAL, M. A. Diálogos entre cultura e educação na escola. Disponível em: <http://educar para crescer.abril.com.br/gestão>, 2011. Acesso em:20/05/2022.

SETUBAL, M. A. Diálogos entre cultura e educação na escola. Disponível em:Site:<https://www.camara.leg.br/tv/397313-rubem-alves-o-professor-de-espantos/> , 2011. Acesso em: 20/05/2022.